

Coluna da Ouvidoria - Os rumos são incertos, mas o debate só está começando

19/03/2012 - 14h56

[Coluna do Ouvidor](#)

Brasília - No último dia 14 de março, o Conselho Curador da **EBC** realizou mais uma audiência pública para discutir a permanência, ou não, na programação da **TV Brasil** e da **Rádio Nacional de Brasília** dos programas católicos *A Santa Missa* e *Palavras de Vida*, vinculados à Arquidiocese do Rio de Janeiro, e do programa evangélico *Reencontro*, ligado à Igreja Batista, de Niterói. Os programas foram herdados da extinta **Radiobras** e da TVE do Rio e estão no ar há mais de 30 anos. A **Rádio Nacional de Brasília**, por exemplo, transmite a missa dominical, de orientação católica, desde a inauguração da cidade.

O debate envolvendo a transmissão dos programas religiosos teve início em 2009, a partir de comunicação do público à ouvidoria criticando a manutenção de programas de cunho religiosos na grade da **TV Brasil**. A primeira manifestação, que desencadeou o debate, chegou à ouvidoria no dia 21 de março de 2009, feita pelo telespectador Paulo Augusto Cunha Libânio, que dizia:

“A Constituição Federal de 1988 foi bem clara ao afirmar, em seu Artigo 19, Inciso 1, que 'é vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios: estabelecer cultos religiosos, subvencioná-los, embarçar seu funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público'. Portanto, a existência de programas de cunho religioso na **TV Brasil**, uma emissora pública, é uma afronta à Constituição. Exijo, na condição de cidadão brasileiro, que a **TV Brasil** retire todos os programas de cunho religioso da sua grade de programação. Caso contrário, caberá denúncia ao Ministério Público e, possivelmente, uma ação civil pública contra a **TV Brasil**. O Estado brasileiro é um Estado laico! Respeitem a nossa Constituição!”

Depois dessa, vieram outras manifestações públicas. Algumas reclamando da falta de pluralidade e outras pedindo a retirada dos cultos religiosos da programação da TV. Em março de 2010, o conselheiro Daniel Aarão Reis Filho chamou a atenção sobre a importância de se discutir a presença das religiões na **TV Brasil**, ao ressaltar que a religiosidade é uma dimensão absolutamente fundamental para o povo brasileiro, e sugeriu uma audiência pública sobre essa questão (ata da reunião do conselho no dia 30 de junho de 2010).

Em agosto de 2010, o Conselho Curador decidiu lançar edital de consulta pública para obter contribuições sobre a política de produção e distribuição de conteúdos de cunho religioso pelos veículos da **EBC**, considerando o Parecer nº 01/2010 da Câmara de Cultura, Educação, Ciência e Meio Ambiente do Conselho Curador, disponível na página eletrônica: www.ebc.com.br/conselho-curador/. A consulta foi concluída no mês de outubro e, ao todo, 141 contribuições de pessoas físicas e jurídicas serviram de base para o parecer da câmara recomendar a substituição dos programas que estavam sendo veiculados por outros em que a religiosidade no Brasil seria tratada de um ponto de vista plural, contemplando todas as religiões.

Depois de muitas discussões, o Conselho Curador aprovou, no dia 22 de março de 2011, a resolução apresentada pela câmara que determina que os programas religiosos devem sair do ar em setembro de 2011, ao mesmo tempo em que propõe que a Diretoria da **EBC** fique responsável por apresentar alternativas de programação, respeitando o critério de diversidade para compor a faixa religiosa na **TV Brasil** e nas rádios. De março a setembro, mês que se encerrariam as transmissões, a ouvidoria recebeu 87 reclamações, 2 a favor e 85 contra a decisão do Conselho Curador. Em setembro, uma semana antes de terminar o prazo, a Justiça Federal concedeu liminar à Arquidiocese do Rio de Janeiro garantindo a permanência dos programas na grade da **Rádio Nacional de Brasília** e da TV Brasil.

Até o dia da audiência, o impasse permaneceu, porque os programas ainda estão no ar por meio de ações de antecipação de tutela impetradas na Justiça Federal pela Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e pela Igreja Batista de Niterói. Embora a audiência pública não tenha o poder de decidir sobre a permanência ou não dos

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

15h04 Nacional

Corpo de Chico Anysio é cremado no Rio de Janeiro

15h02 Economia

IOF ajudou a conter entrada de aplicativos estrangeiros no país, avalia Tesouro Nacional

14h37 Internacional

Obama alerta sobre ações militares da Coreia do Norte e do Irã

14h33 Educação

Educadores defendem que prova de alfabetização precisa ser acompanhada de medidas para melhorar o ensino

14h30 Educação

Cerca de 7 milhões de crianças deverão participar da prova que irá aferir nível de alfabetização

NOTÍCIAS DO MESMO DIA

21h36 Esporte

Olimpiadas de Londres trarão legados sociais e ambientais, diz presidente do comitê organizador

21h28 Esporte

Ricardo Teixeira renuncia ao cargo de membro do Comitê Executivo da Fifa

20h34 Política

Bancada petista decide votar o texto original do governo sobre Lei Geral da Copa

20h26 Economia, Meio

programas religiosos na programação da TV e da rádio, pode contribuir para aprofundar o debate sobre a pluralidade de credos religiosos que compõem a nação brasileira em veículos públicos de comunicação. Na audiência do dia 14 de março, a ouvidoria aproveitou para recolher depoimentos de representantes de diversos credos religiosos, a fim de saber o que pensam sobre a questão.

Para a sacerdotisa da Igreja da Bruxaria (Abrawicca) Márcia Maria Bianchi, a audiência pública é imprescindível para que a sociedade participe e demonstre que as coisas não devem continuar como estão. “A decisão do Conselho da **EBC** de retirar da grade os programas religiosos confessionais, específicos de determinadas religiões, foi corretíssima e de acordo com a Constituição. Sendo uma emissora pública, os programas não podem ser bancados com o dinheiro público. Sobre isso, a Constituição é muito clara: o Estado não pode privilegiar nenhum tipo de culto, só pode abarcar coisas que contemplem toda a diversidade religiosa presente no povo brasileiro. O problema não é de quem são os programas, é haver qualquer programa que transmita cultos. Se fosse da minha religião também seria ilegal.”

O presidente da União Nacional das Entidades Islâmicas, Marcelo Salamuddin B. dos Santos, acredita que “se não houver a retirada dessa programação, que pelo menos isso propicie uma maior diversidade no sentido de se ouvir todos os segmentos religiosos. Achei a audiência pública extremamente boa, apesar de comentários lamentáveis que demonstram ainda uma grande intolerância religiosa”.

Já o cônego Marcos Bernardo, da Arquidiocese do Rio de Janeiro, disse que a audiência pública foi enriquecedora, um momento de manifestação de maturidade. “Percebemos e temos consciência da pluralidade existente no Brasil, que deve ser mantida. Para a Igreja Católica, essa diversidade é enriquecedora. Por isso mesmo o nosso pedido de que haja mais espaço dentro de uma emissora pública para que as diferentes denominações se manifestem. Até mesmo para que aqueles que não professam a fé possam se manifestar. Acredito que fica um saldo muito positivo para a sociedade e, de modo especial, para a democracia brasileira.”

A presidente do Conselho Curador da **EBC**, Ana Fleck, acredita que o caminho agora é fazer uma sistematização dessas contribuições e encaminhar para o grupo consultivo embasar a proposta. “Nós temos uma reunião desse grupo consultivo no próximo dia 26 de abril para trabalhar em cima de propostas concretas. A resolução do conselho previu 120 dias para a conclusão dos trabalhos. Estamos trabalhando com esse horizonte. Se houver necessidade, prorrogaremos por mais um mês. Fiquei positivamente surpresa com o nível das contribuições e com a maturidade dos participantes. Evidentemente, alguns se sentiram um pouco incomodados, mas isso faz parte de um tema tão sensível e complexo, era de se esperar.”

O diretor do programa *Reencontro*, pastor Flávio Vieira Lima, da Igreja Batista de Niterói, achou a audiência pública excelente. “Eu disse para a ex-presidente do conselho, Ima Célia, e para a então presidente da **EBC**, Tereza Cruvinel, que o conselho começou errado. O que estamos fazendo hoje era o que deveria ter acontecido antes, há quase dois anos, em 2010. Mas tudo começa sempre por uma boa causa e chegou o momento, então, de colhermos as informações de todas as diversidades religiosas. E acho que as rádios devem ser inseridas nesse contexto, para no futuro fazermos a mesma coisa. Acho que o conselho tem que estudar o problema da TV e das rádios. Gostaria de alertar que o Congresso Nacional, por meio de várias representações, está de olho. Se a gente partir para um lado, digamos assim, de guerra religiosa, o Congresso vai ter que intervir, talvez até artigos da Constituição tenham que ser mudados para que se entenda a coisa. Falou-se aqui que existe perseguição religiosa, com pessoas morrendo no Brasil... Eu gostaria de saber quem são essas pessoas, sejam de qualquer religião, porque quero defendê-las.”

O conselheiro João Jorge Santos Rodrigues e presidente do grupo Olodum considerou a audiência um sucesso do ponto de vista de democratizar uma decisão que o Brasil precisa tomar. “A pluralidade religiosa é fundamental à modernização da comunicação do país. Ela não pode continuar sendo objeto de apenas um grupo, de um setor e, principalmente, com esses instrumentos tão importantes da comunicação sendo usados contra o candomblé, contra a umbanda, contra outras religiões. Há amadurecimento e compreensão disso, já saímos daquela fase do fanatismo que diziam que queriam acabar com os programas religiosos. Os brasileiros que não estavam até agora na grade da **TV Brasil** e da rádio não podem continuar a ficar de fora. A gente propõe é que quem tinha esse programa seja generoso e construa junto conosco outras formas de fazer isso. Será um exemplo para outras televisões, para os meios de comunicação, e dará oportunidade a milhões de brasileiros que não expressam suas religiões”.

Como vimos pelos depoimentos, a questão é polêmica e a **EBC** tem um grande desafio pela frente. Se, de um lado, a decisão for pela permanência dos cultos religiosos na programação, a **EBC** terá a tarefa de incluir outros segmentos religiosos. Neste caso, como ficará a programação da TV e da **Rádio Nacional**, já que existem hoje no Brasil mais de 100 religiões, segundo o último Censo do IBGE? Se, de outro lado, a solução for pela retirada dos cultos e a inclusão de um programa que discuta a religião do ponto de vista cultural, como pensar um formato sem que nenhum segmento religioso se sinta excluído?

Enfim, seja qual for o resultado dessa discussão, só o fato de o Conselho Curador convocar audiências

públicas envolvendo diferentes setores da sociedade para discutir uma questão tão polêmica já reforça o compromisso da **EBC** com a comunicação pública. Se o sistema público de comunicação quiser de fato reforçar seu caráter público, tem que pensar uma possibilidade que mostre a religiosidade nas suas mais diversas visões. Caso contrário, estará cerceando uma discussão cultural do povo brasileiro, que é essencial.

Boa leitura.

[Coluna do Ouvidor](#) [Conselho Curador da EBC](#) [audiência pública](#) [programação](#) [religião](#)



[Compartilhar](#)

[Fale com a Ouvidoria](#)

[Explore a EBC](#)

[Mais sobre a EBC](#)

Televisão

TV Brasil
TV Brasil Internacional

Notícias

Agência Brasil

Rádios

Radioagência Nacional
Rádio Nacional AM Brasília
Rádio Nacional FM Brasília
Rádio Nacional AM Rio de Janeiro
Rádio MEC AM Brasília
Rádio MEC AM Rio de Janeiro
Rádio MEC FM Rio de Janeiro
Rádio Nacional do Alto Solimões
Rádio Nacional da Amazônia

Razão Social: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC
CNPJ : 09.168.704/0001-42
Endereço da Sede: Setor Comercial SUL- SCS - Quadra 08 Bloco B-60 - 1º
Piso Inferior - Edifício Venâncio 2000 - Asa Sul - Brasília/DF

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons
Atribuição 3.0 Brasil.